



NOTA EDITORIAL

Com satisfação, apresentamos ao público leitor o Volume 9, número 17 (jan./jun. 2025) da *Revista Jurídica da Ufersa*, que reafirma seu compromisso com o pluralismo teórico, metodológico e temático na pesquisa jurídica, com especial atenção às interfaces entre Direito, sociedade e instituições públicas.

Este número reúne quatorze artigos que expressam a vitalidade dos debates contemporâneos no campo do Direito, com contribuições nacionais e internacionais, oriundas de universidades públicas e privadas, brasileiras e estrangeiras. Destacam-se, nesta edição, temas centrais da teoria constitucional, estudos históricos e comparados, problemáticas ambientais, questões agrárias, desafios regulatórios e novas abordagens sobre os direitos fundamentais.

Abrimos com a publicação, em tradução autorizada, do artigo “O que os juristas querem da História”, do Prof. Dr. Jack M. Balkin (Yale Law School, Estados Unidos), uma referência mundial no constitucionalismo norte-americano. Em diálogo com essa reflexão teórica, o segundo artigo, de autoria do Prof. Dr. Víctor Tau Anzoátegui “*in memoriam*” (UBA, Argentina), investiga a progressão do casuísmo no espaço hispano-colonial. Complementa esse eixo teórico-histórico o trabalho do Prof. Aposentado Dr. Tullio Scovazzi (Universidade de Milão-Bicocca), sobre a coleção Cerulli de manuscritos etíopes da Biblioteca Apostólica Vaticana.

No campo da justiça de transição e dos direitos indígenas, o artigo dos professores Dr. Rafael Lamera Giesta Cabral (UFERSA) e Alessandro Martins Prado (UEMS) analisa as tensões constitucionais em torno do marco temporal no Mato Grosso do Sul, à luz do processo de redemocratização brasileira. Na mesma direção crítica, o estudo da Profa. Dra. Roberta Simões Nascimento (UnB) e de Lucas Van den Boomen (UFMG) investiga a extinção de espécies normativas autoritárias entre 1937 e 1988.

A edição contempla ainda reflexões sobre a qualidade da democracia brasileira. O artigo de Rodrigo Jorge Carneiro Leite, Prof. Dr. Leonardo Rocha e Prof. Dr. Napiê Silva, vinculados ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública da UFERSA, discute as tensões entre legalidade e legitimidade no processo eleitoral. Na fronteira entre Direito Constitucional e tecnologia, Alana Passos Barreto e Profa. Dra. Flávia de Ávila (UFS) analisam o “constitucionalismo digital” e o papel das plataformas digitais na governança democrática.

No plano internacional, o Prof. Dr. Áquila Mazzinghy (Koç University, Turquia) apresenta uma análise crítica sobre o direito internacional de recurso e a ausência de garantias processuais no Supremo Tribunal Federal brasileiro.

A seção de direitos sociais e regulação traz temas de especial relevância contemporânea. A Profa. Dra. Mariana Barbosa Cirne e o Prof. Dr. Márcio Camargo Cunha Filho (IDP-Brasília) problematizam a ineficácia da transparência no acesso à informação sobre agrotóxicos no Brasil (2012–2020). Já os pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba, Heloísa Joaquim Mendes, Prof. Dr. Fernando Joaquim Ferreira Maia e Profa. Dra. Hirdan Katarina

de Medeiros Costa, analisam os impactos socioambientais da financeirização dos ventos, revelando os efeitos da desterritorialização em comunidades do Brasil e do Peru.

Na interface entre urbanismo e ordenamento jurídico, o estudo de caso sobre chacreamentos irregulares em Umuarama (PR), assinado por Guilherme Frasson, Profa. Dra. Patrícia Pereira Gomes e Profa. Dra. Norma Barbado, apresenta dados empíricos sobre a fragmentação fundiária e seus efeitos socioespaciais.

O volume se encerra com três importantes contribuições nas áreas do Direito Privado e do Direito do Trabalho: o Prof. Dr. Fabrício de Souza Oliveira (UFJF) discute os deveres de lealdade do controlador no âmbito societário; o Prof. Dr. Edson Tiujo (UEM) propõe uma releitura dos direitos do consumidor sob a ótica da Análise Econômica do Direito; e, por fim, o artigo da Profa. Dra. Leticia Rodrigues da Fonseca, de Luís Eduardo Bernardes de Almeida Ribeiro e do Prof. Dr. Marcelo Ribeiro Silva investiga as despesas de custeio no teletrabalho, com base em estudo realizado em um Tribunal de Justiça.

A *Revista Jurídica da Ufersa* agradece aos autores e autoras por suas valiosas contribuições, aos pareceristas *ad hoc* pela rigorosa avaliação dos manuscritos, e aos leitores e leitoras que seguem nos acompanhando e fortalecendo este espaço editorial plural, público e comprometido com a qualidade acadêmica e a responsabilidade social da pesquisa jurídica.

Registramos também nossos sinceros agradecimentos à equipe editorial, cuja dedicação, competência e compromisso com a excelência acadêmica tornam possível a continuidade e o fortalecimento deste espaço plural de divulgação científica no campo do Direito. Destacamos os trabalhos do Editor-Adjunto, Dr. Marcelo Lauer Leite, e da Editora-Assistente, Profa. Dra. Rosângela Viana Zuza de Medeiros, bem como dos assistentes técnicos Adilson Pinho de Araújo e Erik Dênio Gomes de Oliveira, que atuam com zelo e eficiência na interlocução com autores, pareceristas e leitores, assegurando a qualidade técnica e o bom funcionamento dos fluxos editoriais.

Registra-se, por fim, um agradecimento especial ao agora Professor Me. Felipe Medeiros Mariz, que atuou como assistente técnico nos últimos dois anos, com destacada contribuição para o desenvolvimento editorial do periódico.

O trabalho coletivo dessa equipe — formada por docentes, pesquisadores e técnicos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) — é fundamental para a consolidação da *Revista Jurídica da Ufersa* como um periódico comprometido com a produção científica crítica, plural e sensível às transformações da sociedade brasileira e do sistema jurídico.

Boa leitura!

PROF. DR. RAFAEL LAMERA GIESTA CABRAL

EDITOR-CHEFE | JUNHO 2025